



000051

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**PARECER 008/2021 FMS**

**INTERESSADA:** Secretaria Municipal da Saúde

**CONCLUSÃO:** Viabilidade

**BASE LEGAL:** Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, com base no artigo 38, VI, § único, da Lei nº 8.666/93, o presente processo administrativo, com a finalidade de contratar empresa especializada na prestação de serviços de desinfecção, sanitização em logradouros, espaços públicos e veículos, referente ao combate de fungos, bactérias e vírus alusivos ao COVID-19 para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco/SE, conforme justificativa.

Para tanto, foram colacionados ao presente processo administrativo além da justificativa, a prévia solicitação do orçamento do valor dos serviços, propostas comerciais e certidões negativas.

Relatado o pleito, emite-se o parecer.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

É de bom alvitre destacar que a licitação nada mais é que um procedimento obrigatório a ser realizado pela Administração Pública nas realizações de contratações, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



000052

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Como observa-se do artigo supracitado as licitações são procedimentos obrigatórios a serem realizados pela Administração Pública, todavia, haverá casos em que poderá ou deixará de ser realizada a licitação, tornando-se dispensada, dispensável ou inexigível.

Deste modo, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Da análise da situação fática exposta, tendo em vista o valor da contratação, sugere que a aquisição ocorra por meio de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Sobre o tema leciona *Carvalho Filho* (2018, pag. 324): “A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório”<sup>1</sup>.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

<sup>1</sup> Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32ª ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.



000053

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Neste sentido, o Mestre *Marçal Justen Filho* versa sobre o princípio da economicidade, que deve ser observado em todos os atos administrativos: “[...] *Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos.*”

Depreende-se do presente processo administrativo, que em razão do pequeno valor envolvido e por estar dentro dos parâmetros exigidos pela Lei nº 8.666/93, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

Com base no processo administrativo, observa-se que o valor a ser pago com menor orçamento demonstra compatibilidade com a legislação atual, supracitada, pois o contrato encontra-se dentro do limite estabelecido.

Outrossim, em observância ao princípio da motivação dos atos administrativos, exige-se da Administração Pública, ademais, uma justificação aos casos de dispensa, devendo haver uma prévia comunicação formal da situação, com a sua posterior ratificação e publicação na imprensa oficial, como condição de eficácia do ato.

Verifica-se que todas as exigências de cunho burocrático, essenciais à validade do processo, foram devidamente observadas. Da mesma forma, houve uma pesquisa prévia dos preços do mercado, garantindo que a cotação de preços se adeque à realidade mercadológica e garanta o cumprimento aos preceitos de menor onerosidade.

Por fim, interessante e prudente que conste do contrato, que será celebrado, que ambas as partes – contratante e contratada - devem cumprir e respeitar, durante toda a vigência do contrato, o que dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

### III – CONCLUSÃO



000054

ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

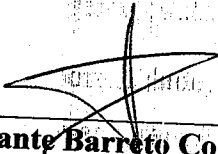
Por todo o exposto, tendo em vista a situação amoldar-se ao conteúdo do inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, alterado pelo Decreto nº 9.412 de 2018, opino pela legalidade e viabilidade da presente contratação direta por dispensa de licitação.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que os documentos juntados ao processo em apreço devem ser subscritos pelas autoridades emissoras e as fotocópias devem ser autenticadas por quem detém competência.

Por fim, a veracidade das informações e documentos anexados aos autos, bem como da especificação do objeto é de inteira responsabilidade da Administração Pública Municipal.

É este o parecer.

São Francisco/SE, 14 de Junho de 2021.

  
TCB – Teles Cavalcante Barreto Consultoria e Assessoria Jurídica  
THAYANE GUIMARÃES OLIVEIRA SANTANA  
OAB/SE 11.890